

EDITAL SELEÇÃO PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 074/2021

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE

FONTES DOS RECURSOS: Projeto de Recuperação e Proteção dos Serviços Relacionados ao Clima e à Biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata Atlântica do Brasil – CONEXÃO Mata Atlântica, sendo provenientes de convênio de financiamento não reembolsável firmado com o Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF (BR G1003).

ENTIDADE CONTRATANTE: Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos

PREÂMBULO

A Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos, por intermédio da Comissão de Seleção, nomeada nos termos o Ato da Diretoria Executiva da FINATEC nº 003/2021, de 04 de janeiro de 2021 assinada pelos membros do Conselho Diretor, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará processo de compra, seguindo-se os procedimentos previstos no Decreto n.º 8.241/2014, Decreto nº 10.024/2019, Lei nº 8.666/93 e subordinado ao Instrumento Convocatório e seus Anexos.

A Seleção Pública será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo necessário que os proponentes interessados providenciem o credenciamento através do sítio eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, que por sua vez dependerá do registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

NOTA EXPLICATIVA:

Fica facultado à empresa interessada enviar pedidos de esclarecimentos prévios, conforme disposto no item 20 deste Instrumento Convocatório.

A Seleção Pública de Fornecedores será realizada em Sessão Pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases;

Para fins do disposto neste Instrumento Convocatório, o termo “sistema eletrônico”, utilizado neste Instrumento Convocatório, corresponde a “Sistema de Pregão Eletrônico Comprasnet SIASG”, do sítio Compras Governamentais.

A presente Seleção Pública será lançada como “PREGÃO,” visto que a plataforma do Portal de

Compras do Governo Federal não está plenamente ajustada aos procedimentos de aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio, nos termos definido pelo Decreto 8.241/2014.

Data da sessão: 28/12/2021.

Horário: 10h.

Local: Portal de Compras do Governo Federal
(Comprasnet) - <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

Telefones para contato: (61) 3348-0454.

1 OBJETO

- 1.1. Aquisição de um (01) servidor de dados, um (01) sistema de armazenamento, um 01 (um) switch para SAN e vinte (20) switches para acesso LAN. Os itens do presente objeto têm como objetivo a implantação do Sistema de Pagamentos por Serviços Ambientais - PSA e a expansão para o armazenamento dos dados do Projeto Conexão Mata Atlântica e outras aplicações internas, além do acesso dos usuários internos a rede de dados.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item/lote, modo de disputa aberto/fechado, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.

2 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1 Os recursos serão oriundos do projeto de Recuperação e Proteção dos Serviços Relacionados ao Clima e à Biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata atlântica do Brasil – CONEXÃO MATA ATLÂNTICA, sendo provenientes de convênio de financiamento não reembolsável firmado com o Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF (BR G1003), sob responsabilidade executiva da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC.

3 DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Seleção Pública, em sua forma eletrônica.
- 3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante

ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Seleção Pública.

- 3.4 É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.
- 3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4 DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

- 4.1 Poderão participar desta Seleção Pública interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 4.2 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 4.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.3.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.3.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.3.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.3.4 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.3.5 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.3.6 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.3.7 Tenha sido suspensa do direito de participar de processos de seleção ou contratações com a FINATEC;
- 4.3.8 Estiver inadimplente com a FINATEC ou que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da Punição;
- 4.3.9 Possuir entre seus sócios, proprietários ou dirigentes que sejam empregados da FINATEC bem como do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo – SMA, Fundação Florestal de São Paulo, Instituto Estadual do Ambiente – INEA, Superintendência de Desenvolvimento Sustentável SEAPEC/RJ, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado

de Minas Gerais – SECTES, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas do Estado de Minas Gerais – HIDROEX e Instituto Estadual de Florestas – IEF (MG);

- 4.3.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.4 Como condição para participação na Seleção Pública, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.4.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 4.4.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 4.4.3 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.4.4 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.5 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.4.6 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.7 Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 DO ENVIO DA PROPOSTA

- 5.1 O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

- 5.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Seleção Pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.5 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.5.1 Valor unitário e total do item;
- 5.5.2 Marca (se houver);
- 5.5.3 Fabricante (se houver);
- 5.5.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, **o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem ou produto no órgão competente, quando for o caso;**
- 5.5.4.1 No caso de validade dos bens ou produtos, a mesma deverá ser de no mínimo 80% (oitenta por cento) do prazo definido na embalagem a vencer.
- 5.6 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Licitante Vencedora.
- 5.7 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens, inclusive frete e descarregamento dos bens no local de entrega.
- 5.8 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua inclusão no sistema Comprasnet, independente de estar expressamente informado no documento.
- 5.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário);
- 5.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a

ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1 A abertura da presente Seleção dar-se-á no Portal do Comprasnet, modo de disputa aberto e fechado, na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado, nos termos da legislação citada no preâmbulo deste Instrumento Convocatório:

Endereço eletrônico onde se realizará o processo de compra:

<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

Serão observados as seguintes datas e horários para o procedimento:

Recebimento das propostas:	A partir das 08h do dia 16/12/2021
Abertura das propostas:	Às 10h do dia 28/12/2021

- 6.2 A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 6.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para envio de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes, após a etapa de lances.
- 6.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo total do item.**
- 6.6 Ao formularem seus lances, os fornecedores participantes terão que oferecê-los em valores com duas casas decimais após a vírgula (casa dos centavos).

- 6.7 Caso ocorra lances com mais de 2 (duas) casas decimais, a Pregoeira estará autorizado a adjudicar desprezando as terceiras e quartas casas decimais.
 - 6.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
 - 6.9 O licitante somente poderá oferecer lances intermediários, não sendo obrigado a oferecer lance inferior ao último ofertado. .
 - 6.10 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo 0,05% (zero vírgula cinco por cento).
 - 6.11 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
 - 6.12 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com o subitem anterior deverão ser desconsiderados pela pregoeira, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
 - 6.12.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
 - 6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
 - 6.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
 - 6.15 No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva da Seleção Pública, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
 - 6.16 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da Pregoeira aos participantes.
 - 6.17 O Critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.18 Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à

comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- 6.19 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão considerados empatados com a primeira colocada.
- 6.20 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.21 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.22 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.23 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 6.24 Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.
- 6.25 Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens fornecidos:
 - 6.25.1 Por empresas brasileiras;
 - 6.25.2 Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.25.3 Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 6.26 Persistindo o empate entre propostas, será aplicado o sorteio como critério de desempate.
- 6.27 Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, a Pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

- 6.28 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.29 Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 7.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 7.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 7.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.4 A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.4.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.4.1.1 O prazo estabelecido pela Pregoeira poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pela Pregoeira.
- 7.4.1.2 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 7.5 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.6 Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.7 A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao

licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço,

vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

- 7.7.1 Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.7.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.8 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 7.9 Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.
- 7.10 Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta da **Licitante Vencedora** não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado.

8 DA HABILITAÇÃO

- 8.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1 SICAF;
- 8.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 8.1.3 Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- 8.1.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.1.4.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por

parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 8.1.4.2 A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.1.4.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 8.1.5 Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.1.6 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.2 Não ocorrendo inabilitação, a Pregoeira consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 8.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 8.3 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 8.4 Caso a Pregoeira não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.
- 8.4.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 8.5 Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, bem como a Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante.
- 8.6 Habilitação jurídica:**
- 8.6.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à

verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

- 8.6.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.6.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 8.6.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.6.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 8.6.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 8.6.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 8.7 Regularidade fiscal e trabalhista:**
 - 8.7.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
 - 8.7.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
 - 8.7.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - 8.7.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
 - 8.7.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
 - 8.7.6 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu

domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.7.7 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.8 **Qualificação Econômico-Financeira.**

8.8.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.9 Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico. Somente mediante autorização da Pregoeira e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação via e-mail indicado pelo “chat”.

8.10 A documentação referente à **Qualificação Técnica** (Art. 20 e 21, Decreto n. 8.241/2014) consistirá em:

8.10.1 Comprovação, por meio de Atestado Técnico-Operacional, de aptidão do interessado para desempenho de fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da seleção pública.

8.11 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.11.1 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11.2 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11.3 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.12.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de

habilitação.

- 8.12.2 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 8.13 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 8.14 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.15 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 8.16 Havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.17 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 9.1 A proposta final da licitante declarada vencedora deverá ser anexada ao sistema ComprasNet no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico e deverá:
- 9.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal.
- 9.1.2 Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo do anexo III do Edital.
- 9.1.3 Conter a indicação do banco, número da conta e agência da Licitante Vencedora, para fins de pagamento.
- 9.1.4 Conter a indicação de nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como do seu representante: nome, estado civil, profissão, CPF, Carteira de Identidade, domicílio e

cargo na Empresa.

- 9.1.5 Declarar expressamente de que os preços apresentados são absolutamente líquidos, já incluídos todos os custos, diretos ou indiretos, inerentes ao objeto (salários, tributos, encargos sociais, fretes, material, etc.).
- 9.1.6 Conter a assinatura do Representante Legal da Empresa, estando esta condição devidamente comprovada:
- 9.1.6.1 No caso de proprietário ou sócio, através de consulta “on line” ao SICAF;
- 9.1.6.2 Na situação de não cadastrado ou irregular no SICAF, através do Contrato Social da Empresa;
- 9.1.6.3 Não sendo proprietário nem sócio, por Procuração (assinada pelo proprietário ou por um sócio com tal poder).
- 9.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção a Licitante Vencedora, se for o caso.
- 9.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, vinculam a Licitante Vencedora.
- 9.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- 9.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 9.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 9.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10 DOS RECURSOS

- 10.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 10.2 Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 10.2.1 Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará

as condições de admissibilidade do recurso.

- 10.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 10.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 103 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 104 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 11.1 A sessão pública poderá ser reaberta:
- 11.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 11.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 11.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 11.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 11.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 13.1. Após a homologação da licitação e oferecida a garantia predida em item 13.1, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 13.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Pedido de Compras/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 13.3. Prioritariamente a convocação para comparecer perante o órgão ou entidade, para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, será realizada por meio eletrônico utilizando a funcionalidade de envio do email.
- 13.4. Caso a licitante não realize a assinatura, ou confirme o recebimento do instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, considerar-se-á a divulgação do Pedido de Compras no sítio da Fundação como publicação oficial nos termos do § 4º do Art. 26 da Lei 9.784/ 99.
- 13.5. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 13.6. O Aceite do Pedido de Compras ou do instrumento equivalente, emitido à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 13.1.1. Referido Pedido está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições do Decreto 8.241/2014;
- 13.1.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 13.7. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 13.8. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 13.8.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 13.8.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias

úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.9. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

15 DO REAJUSTE

15.1 Os preços estabelecidos são fixos e irrevogáveis.

16 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18 DO PAGAMENTO

18.1 O pagamento será feito em conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Instrumento Convocatório, sendo efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da contra apresentação da nota fiscal/fatura, através de crédito em conta bancária a ser indicada pela CONTRATADA, após aceite, pelo Coordenador do Projeto, do(s) produto(s)/serviço(s) e das Notas Fiscais/Faturas apresentadas.

18.2 Entende-se como pagamento a data do depósito do valor contratado no estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, feito via crédito em conta corrente com titularidade da CONTRATADA.

18.3 Nos dados complementares da nota fiscal de venda deverá constar o número da presente Seleção Pública, de acordo com instrução no pedido de compras a ser enviado, e número do pedido de compra, sob pena de cancelamento da mesma.

18.4 Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados, ficando isenta a CONTRATANTE de arcar com quaisquer ônus.

18.5 O(s) pagamento(s) poderá(ão) ser suspensos, caso exista qualquer pendência contratual, a cargo da Contratada.

19 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.2 Apresentar documentação falsa;

19.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.5 Não manter a proposta;

19.1.6 Cometer fraude fiscal;

19.1.7 Comportar-se de modo inidôneo;

19.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.3.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

19.3.2 Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o estabelecido neste edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicado oficialmente

19.3.3 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

19.3.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a FINATEC e com órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.3.5 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública,

enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a

Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

- 19.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 19.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 19.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 19.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 19.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Decreto 8.241/2014 e Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.11 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 19.12 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 20.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 20.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: compras.mataatlantica@finatec.org.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. L3 Norte, Campus Darcy Ribeiro, Edifício Finatec, Asa Norte, Brasília/DF, Cep: 70910-900, Caixa Postal: 4365 4, A/C: UGP do Projeto Conexão Mata Atlântica, Sala 110, Bloco G.

- 20.3 Caberá a Pregoeira decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 20.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 20.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 20.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 20.7 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pela Pregoeira serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1 Da sessão pública da Seleção Pública divulgar-se-a Ata no sistema eletrônico.
- 21.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.
- 21.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 21.4 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 21.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Seleção Pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 21.6 No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 21.7 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.8 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.9 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas

propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

- 21.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.12 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 21.13 O Edital está disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.finatec.org.br/projeto/banco-interamericano-de-desenvolvimento-bid>.
- 21.13.1 Considerando a possibilidade de retirada eletrônica deste Edital, o qual se encontra disponível no site: www.comprasgovernamentais.gov.br, prevalecerá, em caso de divergência, o Edital adquirido no site da **Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos**, endereço eletrônico, ou seja, <https://www.finatec.org.br/projeto/banco-interamericano-de-desenvolvimento-bid>.
- 21.14 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, o Termo de Referência.

22 DO FORO

Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta contratação, o foro competente é o da Comarca da cidade de Brasília/DF, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23 Constituem parte integrante deste instrumento convocatório:

- ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**
- ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA**
- ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR**
- ANEXO IV – MODELO DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS**

Brasília, 14 de dezembro de 2021.

Comissão de Seleção

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. Aquisição de um (01) servidor de dados, um (01) sistema de armazenamento, um 01 (um) switch para SAN e vinte (20) switches para acesso LAN. Os itens do presente objeto termo de referência têm como objetivo a implantação do Sistema de Pagamentos por Serviços Ambientais - PSA e a expansão para o armazenamento dos dados do Projeto Conexão Mata Atlântica e outras aplicações internas dessa Secretaria, além do acesso dos usuários internos a rede de dados.
- 1.2. Os equipamentos devem ser novos, sem uso anterior e idênticos (idênticos para os casos de mais de uma unidade do equipamento). O modelo ofertado deve estar em linha de produção, sem previsão de encerramento na data de entrega da proposta.
- 1.3. Os equipamentos devem ser totalmente montados pela fábrica e entregues em embalagem lacrada pelo licitante. Equipamentos com sinais de violação da embalagem, que forem identificados que são de estoque antigo ou que foram customizados pela licitante não serão aceitos, para garantir que todas as peças e partes sejam originais e garantidas pela fabricante.

LOTE 1 - SERVIDORES PARA RACK		
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
1	Servidores para Rack com no máximo 1U	1
2	Sistema de Armazenamento de Dados (Storage) para ambiente Storage Area Network (SAN), 2U rack form-factor com 24 discos small form-factor (2.5-inch SFF).	1
3	Switch SAN	1

ITEM 4 - SWITCH		
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
4	Switch de acesso LAN	20

2. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

2.1. SERVIDOR PARA RACK

O equipamento deve ter no mínimo a seguinte configuração:

2.1.1. Arquitetura e gabinete:

- 2.1.1.1. O servidor deve possuir arquitetura de processadores que permitam a execução de aplicativos de 32 e 64 bits;
- 2.1.1.2. Compatível com a arquitetura x86/64, na versão mais atualizada do modelo ofertado;
- 2.1.1.3. Recurso de troca sem interrupção para todos os discos da solução;
- 2.1.1.4. Suporte à migração de máquinas virtuais entre diferentes versões de processadores do mesmo fabricante (extended migration/flex migration);
- 2.1.1.5. Suporte à virtualização de servidores;
- 2.1.1.6. Deve ocupar, no máximo, 1U no rack;
- 2.1.1.7. O gabinete deverá ser do mesmo fabricante do equipamento.

2.1.2. Processador:

- 2.1.2.1. Deve possuir dois (2) processadores x86, com extensão de 64 bits, com 08 (oito) núcleos ou mais sendo próprio para servidores;
- 2.1.2.2. O processador deverá ter velocidade de processamento igual ou superior 2.5ghz para atender o volume normal de processamento;
- 2.1.2.3. O processador deverá ser capaz de suportar o aumento de clock de maneira automática para 3.5ghz ou mais para atender a picos de processamento;
- 2.1.2.4. Suporte a software de gerenciamento remoto do servidor;
- 2.1.2.5. Deve possuir memória cachê L3 de no mínimo 11 MB;
- 2.1.2.6. Deve possuir tecnologia Intel Turbo Boost;
- 2.1.2.7. Deve possuir tecnologia de otimização para virtualização;
- 2.1.2.8. Deve suportar 16 processos simultâneos ou mais;
- 2.1.2.9. Deve possuir tecnologia Hyper Threading para até 08 cores e 16 threads total;
- 2.1.2.10. Deve possuir barramento de sistema (bus) com desempenho igual ou superior ao utilizado no respectivo teste (benchmark) publicado pela organização SPEC;
- 2.1.2.11. O servidor X86 fornecidos pela CONTRATADA, deve prover sistema de detecção de falha dos componentes vitais ao sistema (CPU, memória, discos, ventiladores e fontes);
- 2.1.2.12. Os processadores devem ainda estar em produção, evitando assim a obsolescência precoce do hardware a ser adquirido.

2.1.3. Placa Mãe e Chipset:

- 2.1.3.1. A placa mãe deve ser da mesma marca do fabricante do processador do equipamento, não sendo aceitas soluções de outros fabricantes em regime de OEM ou customizações;
- 2.1.3.2. O Chipset deve ser do mesmo fabricante do processador, sendo específico para servidores.

2.1.4. BIOS ou UEFI

- 2.1.4.1. O BIOS ou UEFI deve ser desenvolvido pelo mesmo fabricante do equipamento ou o fabricante deve ter direito de cópia sobre esse BIOS, comprovando através de atestado fornecido pelo fabricante do equipamento;
- 2.1.4.2. O BIOS ou UEFI deve possuir recurso de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o equipamento e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS ou UEFI;
- 2.1.4.3. Possibilidade de selecionar a unidade de inicialização do sistema contemplando disco rígido, unidade USB ou via rede local;

- 2.1.4.4. O BIOS ou UEFI deve possuir recursos de inserção de comandos remotamente através de scripts;
- 2.1.4.5. O BIOS ou UEFI deve possuir número de série / Serviço do equipamento, bem como um campo editável que permita inserir identificação de ativo e que possa ser consultado por software de gerenciamento;
- 2.1.4.6. BIOS/UEFI deve ser 100% (cem por cento) compatível com software de gerenciamento;
- 2.1.4.7. Implementação em memória atualizável por software;
- 2.1.4.8. Relógio calendário (ano com quatro posições) de tempo real, não volátil protegido por bateria;
- 2.1.4.9. Todos os itens que forem integrados à placa principal deverão possuir recursos para desativação, preferencialmente, via BIOS.

2.1.5. Desempenho:

- 2.1.5.1. O modelo de equipamento ofertado deve possuir índice de desempenho CPU2017 Integer Rates Base Result de, no mínimo, 212 pontos auditado pelo Standard Performance Evaluation Corporation;
- 2.1.5.2. Não serão aceitos modelos de equipamentos não auditados pelo Standard Performance Evaluation Corporation;
- 2.1.5.3. Deverá ser anexado na Proposta Comercial o índice de Desempenho para comprovação;
- 2.1.5.4. Caso o equipamento não tenha sido auditado ou o valor auditado não tenha sido com o mesmo número de processadores ofertado, deverá ser informado um cálculo estimado conforme fórmula abaixo, desde que o valor utilizado para a estimativa do índice tenha sido obtido em equipamento auditado com a quantidade de processadores igual ou superior à ofertada e seja da mesma família do equipamento ofertado;
- 2.1.5.5. Este índice deverá ser calculado pela expressão abaixo com base em um índice auditado de benchmark CINT2017 no parâmetro SPECint2017 Rates, índice "Base" <https://www.spec.org/cpu2017/results/rint2017.html> de um equipamento de mesma arquitetura e do mesmo fabricante do equipamento ofertado;
- 2.1.5.6. Índice Estimado = $(A * B * C) / (D)$ onde:
- 2.1.5.7. A = Quantidade de processadores ofertados para o servidor;
- 2.1.5.8. B = Frequência de clock ofertada para cada processador (em GHz);
- 2.1.5.9. C = Resultado, em SPECINT RATE BASE LINE 2017 - Base, auditado pela SPEC;
- 2.1.5.10. D = Quantidade de processadores utilizados no servidor auditado pela SPEC.

2.1.6. Memória:

- 2.1.6.1. O processador deve suportar memória RAM do tipo RDIMM DDR4 (Registered DIMM DDR4) com ECC (Error Checkin and Correction) ou tecnologia equivalente e que opere em frequência igual ou superior a 2933MHz;
- 2.1.6.2. Diante da necessidade de o servidor possuir alta disponibilidade, o equipamento ofertado deverá possuir espelhamento de memória (Memory Mirroring) ou módulos de espera (memory paring), de forma a continuar em operação mesmo em caso de falha de parte dos módulos;
- 2.1.6.3. Os módulos instalados no servidor devem estar em número suficiente para permitir a ativação da tecnologia de proteção de memória RAM;
- 2.1.6.4. O servidor deve possuir, no mínimo, 128GB de memória RAM em módulos de memória tipo RDIMM DDR4 de, pelo menos, 32GB cada, com tecnologia de distribuição de informação

detectada pelo recurso ECC, para que, em um caso de falha de memória, as informações possam ser reconstruídas;

- 2.1.6.5. Deve possuir possibilidade de expansão de memória para, pelo menos, 768GB (registered DDR4 DIMMs) por processador.

2.1.7. Slots

- 2.1.7.1. O sistema deve possuir, pelo menos, dois slots tipo PCI Express versão 3.0 ou superior de 8 vias (x8) ou mais rápido. Estes precisam estar disponíveis para uso futuro, ou seja, não podem estar em utilização no momento da entrega do equipamento;
- 2.1.7.2. Deverá possuir um total de, no mínimo, 3 slots PCI-e.

2.1.8. Portas de I/O

- 2.1.8.1. Todos os conectores das portas de entrada/saída de sinal devem ser identificados pelos respectivos nomes ou símbolos;
- 2.1.8.2. O equipamento deve possuir, no mínimo, 04 portas USB versão 2.0, sendo pelo menos 02 (duas) delas situadas na parte frontal do gabinete e 02 (duas) na parte traseira;
- 2.1.8.3. O equipamento deve possuir, no mínimo, 02 (duas) portas para monitor de vídeo padrão VGA, sendo pelo menos 01 (uma) localizada na parte frontal do gabinete e 01 (uma) na parte traseira do gabinete.

2.1.9. Armazenamento interno

- 2.1.9.1. A controladora de discos deve ser compatível com discos rígido tipo SAS/SATA/SSD de 12Gbps;
- 2.1.9.2. Deve suportar os sistemas de RAID 0, 1, 1+0, 5, 5+0, 6 e 6+0;
- 2.1.9.3. Deve possuir, pelo menos, 08 baias de discos de 2,5" Hot Swap SAS/SATA/SSD (HDDs);
- 2.1.9.4. Todos os discos devem ser Hot-Swap e devem ser dispostos na parte frontal do equipamento;
- 2.1.9.5. A controladora de discos deve ser capaz de controlar uma quantidade de discos igual ao número máximo de discos suportado pelo servidor;
- 2.1.9.6. Deve possuir memória cache de, no mínimo, 2GB em memória flash;
- 2.1.9.7. Não serão aceitas soluções de RAID baseadas em software;
- 2.1.9.8. Deverão ser fornecidos, no mínimo, **2 (dois) discos SAS de 10K RPM ou mais, com capacidade de 2.4TB cada e com suporte a hot swap;**
- 2.1.9.9. Deverá vir instalado com **02 (dois) drives do tipo M.2 SSD com capacidade de 480GB cada;**
- 2.1.9.10. Deverá ser fornecido um conjunto completo de manuais e programas para instalação, configuração e diagnóstico da controladora e dos discos.

2.1.10. Interface de Rede

- 2.1.10.1. O equipamento deve possuir, no mínimo, **02 (duas) interfaces de rede 1Gb com conector tipo RJ45 e 02 (duas) interfaces de rede 10Gb com conector tipo SFP+ para interligação com o equipamento de armazenamento ofertado.**

2.1.11. Fonte de Alimentação e Sistema de Ventilação

- 2.1.11.1. O equipamento deve possuir fontes de alimentação redundantes e hot swap, cada uma com potência suficiente para manter o funcionamento do equipamento em sua configuração máxima;

- 2.1.11.2. No mínimo, 02 (duas) fontes de alimentação para cada equipamento, sendo que uma redundante da outra;
- 2.1.11.3. As fontes devem possuir LED indicador de status e suportar uma faixa de tensão de entrada de 100 a 127 VAC e 200 a 240 VAC em 60 Hz, com chaveamento automático de voltagem;
- 2.1.11.4. Em caso de falha de uma das fontes, a(s) fonte(s) restante(s) deverá(ão) suprir potência suficiente para as necessidades do equipamento;
- 2.1.11.5. Recurso de troca sem interrupção para todas as fontes;
- 2.1.11.6. Permitir a alimentação por, no mínimo, 02 (dois) circuitos elétricos independentes;
- 2.1.11.7. A interrupção no fornecimento de energia elétrica em qualquer um dos circuitos não pode interferir no funcionamento do equipamento;
- 2.1.11.8. Devem ser fornecidos cabos de alimentação para cada fonte de alimentação de forma a possibilitar sua instalação em circuitos elétricos distintos;
- 2.1.11.9. O equipamento deve possuir ventilação adequada para a refrigeração de seu sistema interno na sua configuração máxima e dentro dos limites de temperatura adequados para operação;
- 2.1.11.10. Os ventiladores devem ser redundantes e com propriedades Hot Swap.

2.1.12. Software de Gerenciamento Remoto

- 2.1.12.1. Deverá ser fornecido software de gerenciamento desenvolvido pelo fabricante do equipamento, licenciado e pronto para o uso;
- 2.1.12.2. O equipamento ofertado deverá possuir placa de gerenciamento remoto in band que possibilite seu gerenciamento através de porta RJ-45, não sendo essa nenhuma das interfaces de rede mencionadas no item interface de Rede;
- 2.1.12.3. Solução de gerenciamento de sistemas físicos e virtuais em ambiente heterogêneo, com suporte a vários sistemas operacionais e tecnologias de virtualização;
- 2.1.12.4. O Módulo / Placa de gerenciamento deve ser do mesmo fabricante do equipamento, mantendo total compatibilidade com o mesmo e integração total com o software de gerenciamento solicitado. Tal solução deve possuir as seguintes características:
- 2.1.12.5. Fazer uso de criptografia para acesso a console WEB e console CLI, de forma a dificultar a interceptação de dados;
- 2.1.12.6. Possuir interface de linha de comando e Web. Para interface Web, por meio de browser padrão poder realizar as tarefas de monitoração e controle, sem nenhum software adicional e independente do sistema operacional;
- 2.1.12.7. O chip/ placa/ módulo deve ser único em cada servidor e fornecer diagnósticos, presença virtual e controle remoto para gerenciar, monitorar e resolver problemas;
- 2.1.12.8. Permitir visualização gráfica remotamente com resolução mínima de 1280 x 1024 com suporte a HTML 5;
- 2.1.12.9. Permitir a instalação remota de Sistemas Operacionais Windows, Linux e VMware;
- 2.1.12.10. Segurança de acesso e utilização do protocolo TCP/IP;
- 2.1.12.11. Ser totalmente compatível com os padrões de gerenciamento IPMI (Intelligent Platform Management Interface) 2.0, SNMPv3 e REST APIs;
- 2.1.12.12. Deve permitir controle remoto tipo virtual KVM, mesmo quando o sistema operacional estiver inoperante;
- 2.1.12.13. Deve informar o status do equipamento, indicando os componentes com falha e notificando o administrador via e-mail ou trap SNMP;
- 2.1.12.14. Suportar o envio de mensagens de Pré-Falha para no mínimo processadores, fontes, memória, ventiladores e discos.

- 2.1.12.15. Deve permitir remotamente o acesso às mensagens do equipamento, por serial ou LAN;
- 2.1.12.16. Suporte a SSL e SSH;
- 2.1.12.17. Permitir atualização de firmware da UEFI/BIOS e placas adaptadoras e drivers para Windows e Linux;
- 2.1.12.18. Permitir transferir arquivos de um local para outro e sincronizar arquivos, diretórios ou unidades, utilizando uma alternativa segura para o FTP como SFTP;
- 2.1.12.19. Deve possuir tecnologia de mídia virtual, possibilitando que imagens ISO sejam montadas remotamente ou através de compartilhamentos CIFS, NFS ou HTTPFS, permitindo inclusive a inicialização (boot) através dessas unidades;
- 2.1.12.20. Deve permitir o desligamento e reinicialização do servidor através da console de gerenciamento, mesmo em condições de indisponibilidade do sistema operacional, além de permitir atualização e configuração remota do BIOS e fornecer indicação de número de série do equipamento;
- 2.1.12.21. Permitir a política de Power capping;
- 2.1.12.22. Possuir suporte nativamente ao Trusted Platform Module (TPM);
- 2.1.12.23. Possuir gestão automática de chamados ao suporte;
- 2.1.12.24. Permitir o inventário detalhado e monitoramento em tempo real do sistema.

2.1.13. Documentação Técnica

- 2.1.13.1. Certificação de compatibilidade com o sistema Vmware vSphere 6.0 ou superior;
- 2.1.13.2. Certificação de compatibilidade com o sistema operacional RedHat Enterprise Linux 6.x ou superior;
- 2.1.13.3. Certificação de compatibilidade com o sistema Windows Server 2016 R2 ou superior;
- 2.1.13.4. Certificação de compatibilidade com o sistema SUSE Linux Enterprise Server 11 ou superior;
- 2.1.13.5. Certificado da série ISO-9001 do fabricante do equipamento;
- 2.1.13.6. Certificado de conformidade contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos (Norma IEC 60950), comprovado através de certificado ou relatório de avaliação de conformidade emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO ou Certificado Internacional (Safety of Information Technology Equipment Including Electrical Business Equipment);
- 2.1.13.7. Certificado quanto à emissão de radiação radiada e conduzida. Expedido por órgãos competentes comprovando que o equipamento detém da norma CISPR 22 / EN55022;
- 2.1.13.8. A documentação solicitada juntamente com a proposta de preços deverá ser apresentada por parte da licitante detentora do menor lance. Caso não remeta a documentação, a licitante terá desclassificada a sua proposta de preços;
- 2.1.13.9. **Todos os periféricos, placas, controladoras, módulos de memória, disco rígido, deverão ser do mesmo fabricante, ou homologados pelo mesmo.**

2.1.14. Sistema Operacional

- 2.1.14.1. O equipamento deverá vir com o sistema operacional Windows Server 2019 Datacenter ou mais recente já devidamente licenciado;
- 2.1.14.2. A licença do sistema operacional provido deve ser compatível com o hardware, suportando toda a sua capacidade de processamento e memória.

2.1.15. Garantia do Item 1 do Lote 1

- 2.1.15.1. O prazo de garantia padrão deverá ser, no mínimo, de 05 (cinco) anos, com atendimento 24x7 e com tempo de solução do problema em até 10 horas, caso seja detectado algum problema

de disco e o mesmo precise ser substituído, esse deve permanecer em poder da CONTRATANTE;

- 2.1.15.2. Caso o licitante não seja o próprio fabricante, deverá ser apresentada junto a proposta comercial a relação atualizada de assistência técnica autorizada do fabricante para todo o território nacional ou uma carta do mesmo indicando que o licitante é uma revenda ou um distribuidor autorizado.

2.2. Sistema de Armazenamento de Dados (Storage) para ambiente Storage Area Network (SAN)

2.2.1. Controladoras

- 2.2.1.1. Possuir controladoras redundantes, sendo que a falha de uma das controladoras não acarrete interrupção dos serviços, sendo capaz de suportar a capacidade máxima de discos suportada pelo equipamento;
- 2.2.1.2. Suportar no mínimo os padrões RAID 0, 1, 3, 5, 6 e 10;
- 2.2.1.3. Permitir reconstrução transparente do RAID sem necessidade de reiniciar o equipamento;
- 2.2.1.4. Suportar reconfigurações dinâmicas, inclusão de LUN, assinalamento de HOST, sem necessidades de parada dos demais serviços;
- 2.2.1.5. O equipamento deverá permitir a adição de gavetas de expansão sem parada do equipamento;
- 2.2.1.6. Suportar upgrade de controladora dentro da mesma família, preservando gavetas, discos de demais componentes existentes;
- 2.2.1.7. Comunicação entre as controladoras e os discos devem ser de 12Gbps;

2.2.2. Cache

- 2.2.2.1. Suporta extensão do cache de leitura através de discos SSDs para até 4TB;
- 2.2.2.2. Suporta proteção de cache sem uso de baterias;
- 2.2.2.3. Possuir memória cache de no mínimo, 8GB por controladora, espelhado entre as controladoras, que garanta integridade dos dados presentes na memória e ainda não gravado em disco, em caso de falha de uma das controladoras ou falta súbita de energia;

2.2.3. Front-End

- 2.2.3.1. Todas as portas de front-end devem ser compatíveis com as seguintes conexões respeitando padrão de mercado:
- 2.2.3.2. Conexão padrão iSCSI de 1/10Gbps com conector SFP+.
- 2.2.3.3. Possuir no mínimo 2 portas de front-end em cada controladora.

2.2.4. Back-End

- 2.2.4.1. Possuir back-end redundante com largura de banda mínima de 12 Gbps por porta para a conexão com às gavetas de expansão de disco.
- 2.2.4.2. Cada par redundante de portas de back-end suportar até 96 discos SFF ou 48 discos LFF em até 3 gavetas de expansão.

2.2.5. Capacidade de armazenamento e unidades de disco

- 2.2.5.1. Suportar recurso de hot-spare global para as unidades de disco rígido, ou seja, havendo falha de qualquer disco em determinado array/gaveta, o sistema deverá reconstruir, automaticamente, os dados do disco defeituoso usando o disco spare;
- 2.2.5.2. Os discos deverão ser hot-plug/hot-swap;
- 2.2.5.3. Permitir a instalação de discos com capacidades diferentes, dentro da mesma gaveta de discos (enclosure);
Possuir capacidade instalada inicial de:
- 2.2.5.4. 04 (quatro) unidades de disco padrão SSD (Flash) com capacidade bruta mínima individual de 3,8TB e formato 2.5" (duas e meia polegadas);
- 2.2.5.5. 20 (vinte) unidades de disco padrão SAS de 12 Gbps com capacidade bruta mínima individual de 1,8TB, velocidade rotacional de 10k RPM e formato 2.5" (duas e meia polegadas);
- 2.2.5.6. Suportar discos com tecnologia de criptografia FIPS.

2.2.6. Alimentação e Ventilação

- 2.2.6.1. Possuir fontes de alimentação e sistema de ventilação redundantes e tipo "hot-swap", que mantenham o equipamento em operação integral, em caso de falha de uma das fontes ou ventiladores, respeitados os limites máximos e mínimos de operação;

2.2.7. Funcionalidades e Gerenciamento

- 2.2.7.1. Possuir software(s) para monitoração, controle, gerenciamento e configuração do storage através de interface única e compatível com web (HTTP), com as seguintes funções:
 - 2.2.7.1.1. Permitir o envio de mensagens de e-mail ao administrador em caso de falhas;
 - 2.2.7.1.2. Permitir o envio de mensagens de e-mail ao suporte técnico do fabricante do equipamento em caso de falhas – sendo que o atendimento de suporte técnico deve ser oferecido em idioma português;
 - 2.2.7.1.3. Permitir o envio de alertas SNMP para uma console de gerenciamento centralizada;
 - 2.2.7.1.4. Deve permitir gerar registros para todos os eventos relacionados ao storage, sejam eles de falhas ou configurações;
 - 2.2.7.1.5. Permitir a criação e configuração, através do software de gerenciamento, de RAID groups e volumes lógicos (LUNs);
 - 2.2.7.1.6. Permitir a adição de capacidade de armazenamento e expansão de volumes de forma dinâmica;
 - 2.2.7.1.7. Permitir a remoção;
 - 2.2.7.1.8. Permitir a configuração de LUN Masking, LUN Partitioning ou similar, ou seja, restringir o acesso a determinado volume lógico (LUN) para um servidor ou conjunto de servidores, físicos;
 - 2.2.7.1.9. O sistema deve suportar replicação assíncrona;
 - 2.2.7.1.10. Permitir entrada de linha de comando através de telnet, ssh ou conexão direta na porta serial;
- 2.2.7.2. Além do software gerenciamento, devem ser incluso os seguintes recursos, licenciados e com o mesmo prazo manutenção/garantia do hardware ofertado;
 - 2.2.7.2.1. Permitir a realização de cópias instantâneas (snapshots) de pelo menos 128 volumes online em tempo real;
 - 2.2.7.2.2. Permitir o provisionamento nativo da capacidade realmente utilizada pelos aplicativos e usuários através de funcionalidade de thin provisioning. Não será aceita a implementação da funcionalidade através de equipamentos externo;

- 2.2.7.3. Permitir o monitoramento de desempenho em tempo real do sistema para os componentes discos, grupos, pools e tiers com as seguintes métricas:
 - 2.2.7.3.1. Total IOPS, Read/Write IOPS, Data/Read/Write Throughput, número de reads/writes, dados transferidos, dados escritos e dados lidos;
 - 2.2.7.4. Permitir o monitoramento de desempenho em tempo real do sistema para os componentes discos e grupos com as seguintes métricas:
 - 2.2.7.4.1. Média de tempo de resposta, média de tempo de resposta de leitura/escrita, média do tamanho do I/O, média do tamanho do I/O leitura/escrita e número de erros de discos;
 - 2.2.7.5. Suportar multipath software;
 - 2.2.7.6. O software de gerenciamento deverá estar licenciado para a capacidade total de armazenamento suportado pelo equipamento;
 - 2.2.7.7. Todos os softwares envolvidos deverão ser fornecidos na modalidade de licenciamento perpétuo;
 - 2.2.7.8. Suportar configuração AFA (All-Flash-Array);
 - 2.2.7.9. Pools de storage virtual, permite provisionamento de novo volumes de forma simple e rápida, onde os dados são armazenados e distribuídos através de todos os discos dos grupos no pool, ajudando a melhorar o desempenho, baixa latência e atingir volumes com grande capacidade.
 - 2.2.7.10. Quando novos grupos de discos são adicionados ao pool, o sistema deve redistribuir os dados através dos novos grupos, rebalanceando todos os dados no pool e melhorando o desempenho;
 - 2.2.7.11. A funcionalidade de Thin provisioning deve estar licenciada para toda a capacidade do storage oferecido;
 - 2.2.7.12. A funcionalidade de extensão do cache através de discos SSD deve ser nativa com o sistema ofertado;
- 2.2.8. Características Gerais**
- 2.2.8.1. O equipamento deverá ser fornecido com todos os elementos necessários para sua correta fixação em rack padrão 19" (trilhos, parafusos e demais itens para fixação do equipamento) bem como cabos de alimentação.
- 2.2.9. Compatibilidade**
- 2.2.9.1. O Storage deverá suportar, no mínimo os Sistemas Operacionais Microsoft Windows 2016, Microsoft Windows 2019, Red Hat Enterprise Linux 7 e 8, SUSE Linux Enterprise Server 12 e 15 e VMWare ESX 6.7 e 7.0;
- 2.2.10. Software de Gerenciamento Remoto**
- 2.2.10.1. Deverá ser fornecido software de gerenciamento desenvolvido pelo fabricante do equipamento;
 - 2.2.10.2. O equipamento ofertado deverá possuir placa de gerenciamento remoto in band que possibilite seu gerenciamento através de porta RJ-45, não sendo essa nenhuma das interfaces de rede mencionadas no item interface de Rede;
 - 2.2.10.3. Solução de gerenciamento de sistemas físicos e virtuais em ambiente heterogêneo, com suporte a vários sistemas operacionais e tecnologias de virtualização;
 - 2.2.10.4. O Módulo / Placa de gerenciamento deve ser do mesmo fabricante do equipamento, mantendo total compatibilidade com o mesmo e integração total com o software de gerenciamento solicitado. Tal solução deve possuir as seguintes características:

- 2.2.10.5. Fazer uso de criptografia para acesso a console WEB e console CLI, de forma a dificultar a interceptação de dados;
- 2.2.10.6. Possuir interface de linha de comando e Web. Para interface Web, por meio de browser padrão poder realizar as tarefas de monitoração e controle, sem nenhum software adicional e independente do sistema operacional;
- 2.2.10.7. O chip/ placa/ módulo deve ser único em cada servidor e fornecer diagnósticos, presença virtual e controle remoto para gerenciar, monitorar e resolver problemas;
- 2.2.10.8. Permitir visualização gráfica remotamente com resolução mínima de 1280 x 1024 com suporte a HTML 5;
- 2.2.10.9. Permitir a instalação remota de Sistemas Operacionais Windows, Linux e VMware;
- 2.2.10.10. Segurança de acesso e utilização do protocolo TCP/IP;
- 2.2.10.11. Ser totalmente compatível com os padrões de gerenciamento IPMI (Intelligent Platform Management Interface) 2.0, SNMPv3 e REST APIs;
- 2.2.10.12. Suportar o envio de mensagens de Pré-Falha para no mínimo processadores, fontes, memória, ventiladores e discos.
- 2.2.10.13. Deve permitir remotamente o acesso às mensagens do equipamento, por serial ou LAN;
- 2.2.10.14. Suporte a SSL e SSH;
- 2.2.10.15. Permitir atualização de firmware da UEFI/BIOS e placas adaptadoras e drivers para Windows e Linux;
- 2.2.10.16. Permitir transferir arquivos de um local para outro e sincronizar arquivos, diretórios ou unidades, utilizando uma alternativa segura para o FTP como SFTP;
- 2.2.10.17. Deve possuir tecnologia de mídia virtual, possibilitando que imagens ISO sejam montadas remotamente ou através de compartilhamentos CIFS, NFS ou HTTPFS, permitindo inclusive a inicialização (boot) através dessas unidades;
- 2.2.10.18. Deve permitir o desligamento e reinicialização do servidor através da console de gerenciamento, mesmo em condições de indisponibilidade do sistema operacional, além de permitir atualização e configuração remota do BIOS e fornecer indicação de número de série do equipamento;
- 2.2.10.19. Permitir a política de Power capping;
- 2.2.10.20. Possuir suporte nativamente ao Trusted Platform Module (TPM);
- 2.2.10.21. Possuir gestão automática de chamados ao suporte;
- 2.2.10.22. Permitir o inventário detalhado e monitoramento em tempo real do sistema.

2.2.11. Garantia do Item 2 do Lote 1

- 2.2.11.1. O prazo de garantia padrão deverá ser, no mínimo, de 05 (cinco) anos, com atendimento 24x7 e com tempo de solução do problema em até 10 horas, caso seja detectado algum problema de disco e o mesmo precise ser substituído, esse deve permanecer em poder da CONTRATANTE;
- 2.2.11.2. Caso o licitante não seja o próprio fabricante, deverá ser apresentada junto a proposta comercial a relação atualizada de assistência técnica autorizada do fabricante para todo o território nacional ou uma carta do mesmo indicando que o licitante é uma revenda ou um distribuidor autorizado.

2.3. SWITCH DE AGREGAÇÃO

2.3.1. Características gerais

- 2.3.1.1. Deve possuir 24 (vinte e quatro) portas Gigabit Ethernet 10/100/1000Base-T Conforme Padrões IEEE 802.3, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab;
- 2.3.1.2. Deve possuir adicionalmente, no mínimo, 12 (doze) portas 10 (dez) Gigabit Ethernet Padrão IEEE 802.3z, para inserção de Transceiver do tipo SFP+.
- 2.3.1.3. As interfaces dos itens supracitados devem operar de modo simultâneo;
- 2.3.1.4. Deve possuir no mínimo 1 (uma) porta console exclusiva para fins de gerenciamento e configuração. Esta porta deverá ser do tipo RJ45;
- 2.3.1.5. Possuir LEDs, por porta, que indiquem a integridade, atividade do link e a velocidade de conexão;
- 2.3.1.6. Deve suportar fonte de alimentação AC redundante interna 1+1;
- 2.3.1.7. Deve possuir fontes de alimentação AC redundantes internas ao equipamento, que operem com tensões de entrada entre 100 e 240 VAC e frequência de 50/60Hz;
- 2.3.1.8. As fontes de alimentação redundantes devem ser hot-swappable;
- 2.3.1.9. Deve ser instalado em rack padrão EIA (19") e possuir kits completos para instalação.

2.3.2. Desempenho e capacidades

- 2.3.2.1. Deve ser fornecido com configuração mínima de: CPU de 1400 MHz e 4 cores, memória RAM de 2 Gb e Memória Flash de 1 GB;
- 2.3.2.2. Possuir comutação de pelo menos 288 Gbps;
- 2.3.2.3. Dever possuir uma tabela com capacidade de 32.000 endereços MAC;
- 2.3.2.4. Deve suportar jumbo frame;
- 2.3.2.5. Deve possuir capacidade para suportar Stacking, no mínimo, 9 switches;

2.3.3. Funcionalidades de camada 2

- 2.3.3.1. Deve implementar o protocolo Spanning tree e suas variações:
 - 2.3.3.1.1. IEEE 802.1d STP (Spanning tree protocol);
 - 2.3.3.1.2. IEEE 802.1w RSTP (Rapid Spanning Tree Protocol);
 - 2.3.3.1.3. IEEE 802.1s MSTP (Multiple Spanning Tree Protocol);
- 2.3.3.2. Deve possuir mecanismo de detecção e proteção contra loops;
- 2.3.3.3. Deve implementar proteção BPDU (Bridge Protocol Data Unit);
- 2.3.3.4. Deve possuir recurso de proteção da porta root como root guard, root protect ou similar;
- 2.3.3.5. Deve implementar controle de fluxo, conforme IEEE 802.3X;
- 2.3.3.6. Deve implementar espelhamento de porta;
- 2.3.3.7. Deve implementar no mínimo 4000 Vlans;
- 2.3.3.8. Deve implementar Vlan de voz;
- 2.3.3.9. Deve permitir a associação de VLAN baseada em endereços MAC, protocolos, sub-redes IP, políticas e portas;
- 2.3.3.10. Deve Implementar GVRP (Generic Vlan Registration Protocol).

2.3.4. Multicast

- 2.3.4.1. Deve implementar IGMP Snooping v1, v2 e v3 e IGMP fast leave;
- 2.3.4.2. Deve implementar MLD v1/v2 e MLD v1/v2 snooping;
- 2.3.4.3. Deve implementar MSDP (Multicast Source Discovery Protocol).

2.3.5. Roteamento

- 2.3.5.1. Deve implementar os seguintes protocolos de roteamento:

- 2.3.5.1.1. Roteamento estático;
- 2.3.5.1.2. RIPv1/v2 e RIPng;
- 2.3.5.1.3. OSPF/OSPFv3;
- 2.3.5.1.4. ECMP;
- 2.3.5.1.5. IS-IS e IS-ISv6;
- 2.3.5.1.6. BGP/BGP4+;
- 2.3.5.1.7. VRRP/VRRP6.

2.3.6. Recursos de QoS/ACL

- 2.3.6.1. Deve implementar a limitação de taxa em pacotes enviados e recebidos por uma porta;
- 2.3.6.2. Deve implementar o redirecionamento de pacotes;
- 2.3.6.3. Deve implementar a vigilância de tráfego com base em porta e two-rate three-color;
- 2.3.6.4. Deve suportar 8 filas em cada porta;
- 2.3.6.5. Deve implementar os seguintes algoritmos de gerenciamento de filas:
 - 2.3.6.5.1. WRR (Weighted Round Robin);
 - 2.3.6.5.2. DRR (Deficit Round Robin);
 - 2.3.6.5.3. SP (Strict Priority);
- 2.3.6.6. Deve permitir a remarcação da prioridade 802.1p e prioridade DSCP;
- 2.3.6.7. Deve permitir a filtragem de pacotes da camada 2 à camada 4, filtragem de quadros inválidos com base no endereço MAC de origem, endereço MAC de destino, endereço IP de origem, endereço IP de destino, número de porta TCP / UDP, tipo de protocolo e ID de VLAN.

2.3.7. Funcionalidades IPv6

- 2.3.7.1. Deve implementar MLD (Multicast Listener Discovery);
- 2.3.7.2. Deve implementar ACL sobre IPv6;
- 2.3.7.3. Deve implementar Neighbor Discover (ND);
- 2.3.7.4. Deve implementar ICMP v6;
- 2.3.7.5. Deve implementar DHCP v6;
- 2.3.7.6. Deve implementar PMTU (Path maximum transmission unit);
- 2.3.7.7. Deve implementar servidor DHCPv6.

2.3.8. Segurança

- 2.3.8.1. Deve permitir o gerenciamento hierárquico de usuários e proteção por senha;
- 2.3.8.2. Deve implementar a defesa de ataques de DoS, de ARP e de ICMP;
- 2.3.8.3. Deve permitir a vinculação do endereço IP, endereço MAC, número da porta e ID VLAN;
- 2.3.8.4. Isolamento de porta, segurança de porta e MAC fixo;
- 2.3.8.5. Deve implementar IEEE 802.1X;
- 2.3.8.6. Deve implementar autenticação AAA e suporte à autenticação através de servidor RADIUS;
- 2.3.8.7. Deve suportar gerenciamento através de HTTPS;
- 2.3.8.8. Deve suportar gerenciamento através de interface de comandos segura com SSH v2;
- 2.3.8.9. Deve implementar DHCP Snooping;
- 2.3.8.10. Deve implementar defesa contra ataques em CPU.

2.3.9. Gerenciamento e diagnóstico

- 2.3.9.1. Deve implementar gerenciamento via WEB com HTTP e HTTPS;
- 2.3.9.2. Deve permitir o gerenciamento através de linha de comandos (CLI);

- 2.3.9.3. Gerenciável via Telnet e SSH v2;
- 2.3.9.4. Deve suportar SNMP V1, V2c e V3;
- 2.3.9.5. Deve implementar RMON;
- 2.3.9.6. Deve implementar NTP (Network Time Protocol) ou SNTP (Simple Network Time Protocol);
- 2.3.9.7. Deve implementar FTP (File Transfer Protocol) ou TFTP (Trivial File Transfer Protocol);
- 2.3.9.8. Deve Implementar LLDP e LLDP MED conforme IEEE 802.1ab;
- 2.3.9.9. Deve implementar servidor DHCP;
- 2.3.9.10. Deve implementar DHCP Cliente;
- 2.3.9.11. Deve Implementar DHCP Relay;
- 2.3.9.12. Deve implementar Ethernet Link OAM conforme IEEE 802.3ah;
- 2.3.9.13. Deve implementar DLDP (Device Link Detect Protocol);
- 2.3.9.14. Deve possibilitar o gerenciamento de pilha com até 9 switches;

2.3.10. MIBS e padrões de conformidade

- 2.3.10.1. Deve implementar as seguintes MIBS:
 - 2.3.10.1.1. BRIDGE-MIB;
 - 2.3.10.1.2. DISMAN-NSLOOKUP-MIB;
 - 2.3.10.1.3. DISMAN-PING-MIB;
 - 2.3.10.1.4. DISMAN-TRACEROUTE-MIB;
 - 2.3.10.1.5. ENTITY-MIB;
 - 2.3.10.1.6. EtherLike-MIB;
 - 2.3.10.1.7. IF-MIB;
 - 2.3.10.1.8. IP-FORWARD-MIB;
 - 2.3.10.1.9. IPv6-MIB;
 - 2.3.10.1.10. LAG-MIB;
 - 2.3.10.1.11. LLDP-EXT-DOT1-MIB;
 - 2.3.10.1.12. LLDP-EXT-DOT3-MIB;
 - 2.3.10.1.13. LLDP-MIB;
 - 2.3.10.1.14. MPLS-L3VPN-STD-MIB
 - 2.3.10.1.15. MPLS-LDP-GENERIC-STD-MIB
 - 2.3.10.1.16. MPLS-LDP-STD-MIB
 - 2.3.10.1.17. MPLS-LSR-STD-MIB
 - 2.3.10.1.18. MPLS-TE-STD-MIB
 - 2.3.10.1.19. NOTIFICATION-LOG-MIB;
 - 2.3.10.1.20. NQA-MIB;
 - 2.3.10.1.21. OSPF-TRAP-MIB;
 - 2.3.10.1.22. P-BRIDGE-MIB;
 - 2.3.10.1.23. Q-BRIDGE-MIB;
 - 2.3.10.1.24. RFC1213-MIB;
 - 2.3.10.1.25. RIPv2-MIB;
 - 2.3.10.1.26. RMON2-MIB;
 - 2.3.10.1.27. RMON-MIB;
 - 2.3.10.1.28. SNMP-FRAMEWORK-MIB;
 - 2.3.10.1.29. SNMP-MPD-MIB;
 - 2.3.10.1.30. SNMP-NOTIFICATION-MIB;
 - 2.3.10.1.31. SNMP-TARGET-MIB;

- 2.3.10.1.32. SNMP-USER-BASED-SM-MIB;
- 2.3.10.1.33. SNMPv2-MIB;
- 2.3.10.1.34. TCP-MIB;
- 2.3.10.1.35. UDP-MIB;
- 2.3.10.2. Deve implementar os seguintes padrões IEEE:
 - 2.3.10.2.1. IEEE 802.1D Media Access Control (MAC) Bridges;
 - 2.3.10.2.2. IEEE 802.1p Traffic Class Expediting and Dynamic Multicast Filtering;
 - 2.3.10.2.3. IEEE 802.1Q Virtual Bridged Local Area Networks;
 - 2.3.10.2.4. IEEE 802.1ad Provider Bridges;
 - 2.3.10.2.5. IEEE 802.2 Logical Link Control;
 - 2.3.10.2.6. IEEE Std 802.3 CSMA/CD;
 - 2.3.10.2.7. IEEE Std 802.3ab 1000BASE-T specification;
 - 2.3.10.2.8. IEEE Std 802.3ad Aggregation of Multiple Link Segments;
 - 2.3.10.2.9. IEEE Std 802.3ae 10GE WEN/LAN Standard;
 - 2.3.10.2.10. IEEE Std 802.3x Full Duplex and flow control;
 - 2.3.10.2.11. IEEE Std 802.3z Gigabit Ethernet Standard;
 - 2.3.10.2.12. IEEE802.1ax/IEEE802.3ad Link Aggregation;
 - 2.3.10.2.13. IEEE 802.3ah Ethernet in the First Mile;
 - 2.3.10.2.14. IEEE 802.1ag Connectivity Fault Management;
 - 2.3.10.2.15. IEEE 802.1ab Link Layer Discovery Protocol;
 - 2.3.10.2.16. IEEE 802.1D Spanning Tree Protocol;
 - 2.3.10.2.17. IEEE 802.1w Rapid Spanning Tree Protocol;
 - 2.3.10.2.18. IEEE 802.1s Multiple Spanning Tree Protocol;
 - 2.3.10.2.19. IEEE 802.1x Port based network access control protocol;
 - 2.3.10.2.20. IEEE 802.3az Energy Efficient Ethernet.
- 2.3.10.3. Deve implementar os seguintes padrões IETF:
 - 2.3.10.3.1. RFC 768 User Datagram Protocol (UDP);
 - 2.3.10.3.2. RFC 792 Internet Control Message Protocol (ICMP);
 - 2.3.10.3.3. RFC 793 Transmission Control Protocol (TCP);
 - 2.3.10.3.4. RFC 826 Ethernet Address Resolution Protocol (ARP);
 - 2.3.10.3.5. RFC 854 Telnet Protocol Specification;
 - 2.3.10.3.6. RFC 951 Bootstrap Protocol (BOOTP);
 - 2.3.10.3.7. RFC 959 File Transfer Protocol (FTP);
 - 2.3.10.3.8. RFC 1058 Routing Information Protocol (RIP);
 - 2.3.10.3.9. RFC 1112 Host extensions for IP multicasting;
 - 2.3.10.3.10. RFC 1157 A Simple Network Management Protocol (SNMP);
 - 2.3.10.3.11. RFC 1256 ICMP Router Discovery;
 - 2.3.10.3.12. RFC 1305 Network Time Protocol Version 3 (NTP);
 - 2.3.10.3.13. RFC 1349 Internet Protocol (IP);
 - 2.3.10.3.14. RFC 1643 Ethernet Interface MIB;
 - 2.3.10.3.15. RFC 1757 Remote Network Monitoring (RMON);
 - 2.3.10.3.16. RFC 1901 Introduction to Community-based SNMPv2;
 - 2.3.10.3.17. RFC 1902-1907 SNMP v2;
 - 2.3.10.3.18. RFC 1981 Path MTU Discovery for IP version 6;
 - 2.3.10.3.19. RFC 2131 Dynamic Host Configuration Protocol (DHCP);
 - 2.3.10.3.20. RFC 2328 OSPF Version 2;

- 2.3.10.3.21. RFC 2453 RIP Version 2;
- 2.3.10.3.22. RFC 2460 Internet Protocol, Version 6 Specification (IPv6);
- 2.3.10.3.23. RFC 2461 Neighbor Discovery for IP Version 6 (IPv6);
- 2.3.10.3.24. RFC 2462 IPv6 Stateless Address Auto configuration;
- 2.3.10.3.25. RFC 2463 Internet Control Message Protocol for IPv6 ICMPv6);
- 2.3.10.3.26. RFC 2474 Differentiated Services Field (DS Field);
- 2.3.10.3.27. RFC 2740 OSPF for IPv6 (OSPFv3);
- 2.3.10.3.28. RFC 2863 The Interfaces Group MIB;
- 2.3.10.3.29. RFC 2597 Assured Forwarding PHB Group;
- 2.3.10.3.30. RFC 2598 An Expedited Forwarding PHB;
- 2.3.10.3.31. RFC 2571 SNMP Management Frameworks;
- 2.3.10.3.32. RFC 2865 Remote Authentication Dial In User Service (RADIUS);
- 2.3.10.3.33. RFC 3513 IP Version 6 Addressing Architecture;
- 2.3.10.3.34. RFC 3579 RADIUS Support For EAP;
- 2.3.10.3.35. RFC 4271 A Border Gateway Protocol 4 (BGP-4);
- 2.3.10.3.36. RFC 4760 Multiprotocol Extensions for BGP-4;
- 2.3.10.3.37. RFC 6241 Network Configuration Protocol (NETCONF).

2.3.11. Garantia do Item 3 do Lote 1

- 2.3.11.1. O prazo de garantia padrão deverá ser, no mínimo, de 05 (cinco) anos, com atendimento 24x7 e com tempo de solução do problema em até 10 horas;
- 2.3.11.2. Caso o licitante não seja o próprio fabricante, deverá ser apresentada junto a proposta comercial a relação atualizada de assistência técnica autorizada do fabricante para todo o território nacional ou uma carta do mesmo indicando que o licitante é uma revenda ou um distribuidor autorizado.

Padronização e documentações

- 2.3.11.3. O produto entregue pela contratada deve ser novo e acomodado em caixa de papelão;
- 2.3.11.4. O Proponente deve ser revenda autorizada pelo fabricante;
- 2.3.11.5. O proponente deve emitir declaração do fabricante atestando ser revenda autorizada a comercializar os produtos em território nacional;
- 2.3.11.6. Deve ser montável em rack padrão EIA 19" (dezenove polegadas) e possuir kits completos para instalação bem como ocupar o espaço de 1 (um) U em Rack;
- 2.3.11.7. Deve acompanhar todos os adicionais necessários de quaisquer espécies como Manuais em português, licenças de software, cabo de energia, aletas de montagem em rack e seus parafusos e cabo para acesso à porta console;

2.4. SWITCH DE ACESSO LAN (20 UNIDADES)

2.4.1. Interfaces

- 2.4.1.1. Deve possuir 24 (vinte e quatro) portas Gigabit Ethernet 10/100/1000Base-T Conforme Padrões IEEE 802.3, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab;
- 2.4.1.2. As interfaces deverão ser Full-Duplex, auto sensing com conectores RJ45 fêmea e implementar mecanismos de autoconfiguração em todas as portas, do tipo MDI/MDI-X;
- 2.4.1.3. Deve possuir adicionalmente no mínimo 4 (quatro) portas Gigabit Ethernet Padrão IEEE 802.3z, para inserção de tranceivers do tipo SFP;
- 2.4.1.4. As interfaces dos itens 1.1 e 1.3 devem operar de modo simultâneo;

- 2.4.1.5. Deve Possuir no mínimo 1 (uma) porta console exclusiva para fins de gerenciamento e configuração. Esta porta deverá ser do tipo USB ou micro USB;
- 2.4.1.6. Deve possuir fonte de alimentação interna, que opere com tensões de entrada entre 100 e 240 VAC e frequência de 50/60Hz;

2.4.2. Desempenho e capacidades

- 2.4.2.1. Deve possuir capacidade de processamento de no mínimo 128 Gbps;
- 2.4.2.2. Deve possuir taxa de encaminhamento de pacotes igual ou superior a 95.23 Mpps;
- 2.4.2.3. Sua tabela de MAC Address deve suportar no mínimo 16.000 MAC address;
- 2.4.2.4. Deve possuir Buffer de pacotes de no mínimo 512Kb;
- 2.4.2.5. Deve suportar jumbo frame de no mínimo 9 KB;
- 2.4.2.6. Deve suportar temperatura de operação entre 0° e 40°;
- 2.4.2.7. Deve suportar operação sob humidade entre 10% e 90% RH sem condensamento;

2.4.3. Funcionalidades de Camada 2

- 2.4.3.1. Deve implementar agregação de links de modo estático, bem como LACP (Link Aggregation Control Protocol) conforme IEEE 802.3ad;
- 2.4.3.2. Deve suportar a criação de no mínimo 8 grupos de portas agregadas com no mínimo 8 portas por grupo;
- 2.4.3.3. Deve implementar o protocolo Spanning tree e suas variações:
 - 2.4.3.3.1. IEEE 802.1d STP (Spanning tree protocol);
 - 2.4.3.3.2. IEEE 802.1w RSTP (Rapid Spanning Tree Protocol);
 - 2.4.3.3.3. IEEE 802.1s MSTP (Multiple Spanning Tree Protocol);
- 2.4.3.4. Deve possuir mecanismo de detecção e proteção contra loops;
- 2.4.3.5. Deve implementar Filtro de BPDU (Bridge Protocol Data Unit);
- 2.4.3.6. Deve possuir recurso de proteção da porta root como root guard, root protect ou similar;
- 2.4.3.7. Deve implementar controle de fluxo conforme IEEE 802.3X;
- 2.4.3.8. Deve implementar espelhamento de porta possibilitando o monitoramento de uma porta ou de um grupo de portas. Também deve possibilitar a escolha da direção do tráfego a ser espelhado, sendo TX, RX ou ambos;
- 2.4.3.9. Deve implementar no mínimo 4000 Vlans;
- 2.4.3.10. Deve possibilitar a configuração do ID da Vlan entre 2 e 4094;
- 2.4.3.11. Deve implementar Tagged Vlan conforme IEEE 802.1Q;
- 2.4.3.12. Deve implementar MAC Vlan;
- 2.4.3.13. Deve Implementar GVRP (Generic Vlan Registration Protocol);
- 2.4.3.14. Deve implementar Vlan de voz. O Switch deverá ser capaz de reconhecer um telefone IP automaticamente e atribuí-lo à uma VLAN de voz;

2.4.4. Multicast;

- 2.4.4.1. Deve implementar IGMP Snooping v1, v2 e v3;
- 2.4.4.2. Deve suportar IGMP Fast Leave, IGMP Snooping Querier e IGMP Authentication;
- 2.4.4.3. Deve suportar configuração de grupo de multicast estático;
- 2.4.4.4. Deve suportar no mínimo 1000 grupos IGMP;
- 2.4.4.5. Deve suportar MDL Snooping v1 e v2;
- 2.4.4.6. Deve suportar MLD Snooping Querier e MLD Fast Leave;
- 2.4.4.7. Deve implementar MVR (Multicast VLAN Registration);

2.4.5. Funcionalidades L3

- 2.4.5.1. Deve suportar no mínimo 48 rotas estáticas;
- 2.4.5.2. Deve implementar interface Vlan para fins de roteamento entre vlans;
- 2.4.5.3. Deve implementar interface Vlan para IPV4 e para IPv6;
- 2.4.5.4. Deve implementar Routed Port ;
- 2.4.5.5. Deve suportar configuração de interface de Loopback;
- 2.4.5.6. Deve implementar Proxy Arp;

2.4.6. Qualidade de Serviço

- 2.4.6.1. Deve implementar classificação e marcação de pacotes em CoS e DSCP conforme IEEE 802.1p;
- 2.4.6.2. Deve implementar os seguintes algoritmos de gerenciamento de filas:
 - 2.4.6.2.1. WRR (Weighted Round Robin);
 - 2.4.6.2.2. SP (Strict Priority);
 - 2.4.6.2.3. SP+WRR (Strict Priority + Weighted Round Robin);
- 2.4.6.3. Deve Implementar controle de banda por porta;
- 2.4.6.4. Deve possibilitar a implementação de no mínimo 8 filas;
- 2.4.6.5. Deve possibilitar a remarcação de QoS;

2.4.7. Segurança

- 2.4.7.1. Deve implementar Access Control List (ACL)
- 2.4.7.2. Deve suportar ACL baseada em tempo;
- 2.4.7.3. Deve suportar ACL Baseada em MAC Address:
- 2.4.7.4. MAC de Origem;
- 2.4.7.5. MAC de Destino;
- 2.4.7.6. VLAN ID;
- 2.4.7.7. User Priority;
- 2.4.7.8. Ether Type;
- 2.4.7.9. Deve implementar ACL baseada em IP:
- 2.4.7.10. IP de Origem;
- 2.4.7.11. IP de Destino;
- 2.4.7.12. Protocolo IP;
- 2.4.7.13. TCP/UDP Port;
- 2.4.7.14. DSCP/IP TOS;
- 2.4.7.15. Deve implementar ACL sobre IPv6;
- 2.4.7.16. Deve implementar IP-MAC-PORT Binding;
- 2.4.7.17. Deve implementar IP Source Guard;
- 2.4.7.18. Deve implementar proteção contra ataques DoS;
- 2.4.7.19. Deve implementar port security;
- 2.4.7.20. Deve implementar Broadcast, Multicast e Unicast Storm Control;
- 2.4.7.21. Deve implementar IEEE 802.1X com autenticação baseada em porta e MAC;
- 2.4.7.22. Deve suportar IEEE 802.1X com associação automática de Vlan;
- 2.4.7.23. Deve suportar MAB (MAC Authentication Bypass);
- 2.4.7.24. Deve ter suporte à servidor RADIUS para autenticação;
- 2.4.7.25. Deve implementar Guest Vlan;
- 2.4.7.26. Deve implementar DHCP Snooping para IPv4 e para IPv6;

- 2.4.7.27. Deve suportar gerenciamento através de HTTPS com SSLv3/TLS 1.0;
- 2.4.7.28. Deve suportar gerenciamento através de interface de comandos segura com SSH V1 e v2;

2.4.8. Gerenciamento

- 2.4.8.1. Deve implementar gerenciamento via WEB com HTTP e HTTPS;
- 2.4.8.2. Deve permitir o gerenciamento através de linha de comandos (CLI) para interface console bem como para comunicação TCP com Telnet e SSH;
- 2.4.8.3. Deve ter suporte para servidor TACACS+;
- 2.4.8.4. Deve suportar SNMP V1, V2c e V3;
- 2.4.8.5. Deve implementar MIB II conforme RFC1213;
- 2.4.8.6. Deve implementar RMON com no mínimo 4 grupos;
- 2.4.8.7. Deve implementar Sflow, NetFlow ou similar;
- 2.4.8.8. Deve implementar NTP (Network Time Protocol) ou SNTP (Simple Network Time Protocol);
- 2.4.8.9. Deve implementar FTP (File Transfer Protocol) ou TFTP (Trivial File Transfer Protocol);
- 2.4.8.10. Deve Implementar LLDP e LLDP MED conforme IEEE 802.1ab;
- 2.4.8.11. Deve implementar Syslog;
- 2.4.8.12. Deve implementar servidor DHCP;
- 2.4.8.13. Deve implementar DHCP/BOOT Cliente;
- 2.4.8.14. Deve Implementar DHCP Relay;
- 2.4.8.15. Deve possibilitar o monitoramento da CPU do Switch;
- 2.4.8.16. Deve possibilitar o armazenamento de dois arquivos de configuração simultaneamente (Dual Image);
- 2.4.8.17. Deve implementar Diagnóstico de cabos;
- 2.4.8.18. Deve implementar Ethernet Link OAM conforme IEEE 802.3ah;
- 2.4.8.19. Deve implementar DLDP (Device Link Detect Protocol);
- 2.4.8.20. Deve ser possível o Gerenciamento através de software centralizado proprietário do fabricante;

2.4.9. IPv6

- 2.4.9.1. Deve implementar Pilha dupla (Dual IPv4/IPv6);
- 2.4.9.2. Deve implementar MLD (Multicast Listener Discovery);
- 2.4.9.3. Deve implementar ACL sobre IPv6;
- 2.4.9.4. Deve implementar rotas estáticas em IPv6 e interfaces VLAN sobre IPv6;
- 2.4.9.5. Deve implementar IPv6 Neighbor Discover (ND);
- 2.4.9.6. Deve implementar ICMP v6;
- 2.4.9.7. Deve implementar DHCP v6 Snooping;
- 2.4.9.8. Deve implementar Path maximum transmission unit (MTU) Discovery;
- 2.4.9.9. Deve suportar as seguintes aplicações sobre IPv6:
 - 2.4.9.9.1. DHCPv6 Cliente;
 - 2.4.9.9.2. Ping6;
 - 2.4.9.9.3. Tracert6;
 - 2.4.9.9.4. Telnet v6;
 - 2.4.9.9.5. IPv6 SNMP;
 - 2.4.9.9.6. IPv6 SSH;
 - 2.4.9.9.7. IPv6 SSL;
 - 2.4.9.9.8. HTTP/HTTPS sobre IPv6;

2.4.9.9.9. FTP ou TFTP sobre IPv6;

2.4.10. Garantia do Item 1 do Lote 2

- 2.4.10.1. O prazo de garantia padrão deverá ser, no mínimo, de 05 (cinco) anos, com atendimento 24x7 e com tempo de solução do problema em até 10 horas;
- 2.4.10.2. Caso o licitante não seja o próprio fabricante, deverá ser apresentada junto a proposta comercial a relação atualizada de assistência técnica autorizada do fabricante para todo o território nacional ou uma carta do mesmo indicando que o licitante é uma revenda ou um distribuidor autorizado.
- 2.4.10.3. O tempo de troca em caso de falhas deve ser de no máximo 30 (trinta) dias corridos, na modalidade de RMA Troca balcão;
- 2.4.10.4. Em caso de troca, o produto reposto deve ser novo, sem uso e em perfeito estado, igual ou superior ao produto enviado;

2.4.11. Certificações, padronização e documentações

- 2.4.11.1. Possuir homologação da ANATEL, de acordo com a resolução número 242 de 30/11/2000;
- 2.4.11.2. Possuir Certificação FCC e CE;
- 2.4.11.3. O produto entregue pela contratada deve ser novo e acomodado em caixa de papelão;
- 2.4.11.4. O Proponente deve ser revenda autorizada pelo fabricante;
- 2.4.11.5. O proponente deve emitir declaração do fabricante atestando ser revenda autorizada a comercializar os produtos em território nacional;
- 2.4.11.6. Deve ser montável em rack padrão EIA 19" (dezenove polegadas) e possuir kits completos para instalação bem como ocupar o espaço de 1 (um) U em Rack;
- 2.4.11.7. Deve acompanhar todos os adicionais necessários de quaisquer espécies como Manuais, licenças de software, cabo de energia, aletas de montagem em rack e seus parafusos, cabo USB para acesso à porta console;

3. IMPLANTAÇÃO, TESTES, ATIVAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- 3.1. A CONTRATADA será responsável por instalar, configurar, interligar e testar todos os dispositivos da solução, sempre em conjunto com os técnicos Grupo Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação – GSTIC da CONTRATANTE.
- 3.2. Deverão ser fornecidos todos os manuais, cabos e adaptadores necessários a sua correta instalação e configuração, bem como drivers e as mídias que se façam necessários pela presente configuração;
- 3.3. Deverão ser fornecidos todos os softwares requisitados, com suas respectivas licenças de uso originais;
- 3.4. Todos os materiais e equipamentos a serem empregados na execução dos serviços, devem ser novos e sem uso anterior;
- 3.5. Deverão ser fornecidos catálogos, manuais e/ou documentação, com respectivos modelos e números de referência de equipamentos e softwares, que comprovem todas as características da solução ofertada;
- 3.6. As peças de cada item, caso não sejam do mesmo fabricante, deverão ser em regime de O&M.

3.7. Implantação do servidor

- 3.7.1. Desembalar e inspecionar o hardware;
- 3.7.2. Colocar em rack, montar e/ou posicionar o produto e respectivos componentes;
- 3.7.3. Instalar componentes do chassi específicos à solução;
- 3.7.4. Instalar e posicionar todos os cabos de alimentação;
- 3.7.5. Instalar e posicionar todos os cabos de dados;
- 3.7.6. Rotular o cabeamento;
- 3.7.7. Ligar o equipamento;
- 3.7.8. Confirmar inicializações do servidor, verificar luzes de erro e problemas óbvios;
- 3.7.9. Configurar um endereço IP de gerenciamento;
- 3.7.10. Configurar informações da primeira inicialização;
- 3.7.11. Atualizar drivers, firmware e BIOS;
- 3.7.12. Planejamento de instalação de software;
- 3.7.13. Configuração de equipamento (topologia física, níveis de firmware, endereços IP, execução de diagnóstico);
- 3.7.14. Inserir o utilitário de RAID e configurar os discos locais.
- 3.7.15. Instalar e configurar o sistema operacional;

3.8. Implantação da Storage

- 3.8.1. Desembalar e inspecionar o hardware;
- 3.8.2. Colocar em rack, montar e/ou posicionar o produto e respectivos componentes;
- 3.8.3. Instalar componentes do chassi específicos à solução;
- 3.8.4. Instalar e posicionar todos os cabos de alimentação;
- 3.8.5. Instalar e posicionar todos os cabos de dados;
- 3.8.6. Rotular o cabeamento;
- 3.8.7. Ligar o equipamento;
- 3.8.8. Verificar luzes de erro e problemas óbvios, na inicialização do hardware;
- 3.8.9. Configurar um endereço IP de gerenciamento;
- 3.8.10. Configurar informações da primeira inicialização;
- 3.8.11. Configuração de equipamento (topologia física, níveis de firmware, endereços IP, execução de diagnóstico);
- 3.8.12. Configuração de níveis de RAID e criação de LUNS.

3.9. Implantação do Switch de agregação

- 3.9.1. Desembalar e inspecionar o hardware;
- 3.9.2. Colocar em rack, montar e/ou posicionar o produto e respectivos componentes;
- 3.9.3. Teste de componentes (supervisora, fontes, módulos);
- 3.9.4. Configuração básica do core (criação das VLAN, IP gerenciamento, configuração de portas de servidores, configuração de VTP e domínio, configuração de spanning tree, configuração de portas trunk, configuração de NTP ou SNTP cliente, configuração de logging, configuração de comunidade SNMP, atualização de firmware);
- 3.9.5. Configuração de VLAN;
- 3.9.6. Configuração de todo roteamento L3 pertinente;

- 3.9.7. Execução plano de implementação da rede com obrigatoriedade de entrega de relatório para aprovação do corpo técnico da CONTRATANTE;
- 3.9.8. Local de prestação dos serviços de instalação e configuração: nas dependências da CONTRATANTE.

3.10. Documentação

Fazem parte da documentação a ser entregue ao final dos serviços os seguintes documentos:

- 3.10.1. As built (como construído);
- 3.10.2. Memorial descritivo da rede instalada;
- 3.10.3. Fotos dos rack's após a conclusão dos serviços de instalação;
- 3.10.4. Declaração de garantia;
- 3.10.5. Documentação de todos os materiais empregados na instalação;
- 3.10.6. Os documentos a serem apresentados deverão ser desenvolvidos em meios eletrônicos (Autocad, Word, Excel ou programas similares que gerem os mesmos tipos de arquivos), devendo ser entregues em mídia CD (compact disk) e em papel sulfite nos formatos padronizados pela ABNT.
- 3.10.7. O(s) atestado(s)/declaração(ões) solicitado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação.
- 3.10.8. Catálogos ou folhetos técnicos que comprovem o atendimento das especificações dos materiais e equipamentos ofertados.

4. GARANTIA E SUSTENTAÇÃO

- 4.1. Deve possuir garantia padrão por um período mínimo de 60 (sessenta) meses para reposição de peças danificadas, mão-de-obra de assistência técnica e suporte;
- 4.2. Os serviços de suporte e manutenção devem ser do fabricante da solução ofertada;
- 4.3. Os serviços de reparo dos equipamentos especificados serão executados somente e exclusivamente onde se encontram (ON-SITE);
- 4.4. A CONTRATANTE poderá abrir o equipamento sem prévia autorização para efetuar instalação de pentes de memória, discos e outros periféricos sem prejuízo da garantia, desde que seguindo as boas práticas do fabricante do equipamento;
- 4.5. A CONTRATADA deve possuir Central de Atendimento tipo (0800) para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema;
- 4.6. O atendimento deve ser realizado em regime 24x7;
- 4.7. Os discos rígidos e/ou SSD e/ou M.2 e/ou SD ou equivalentes que equipam o servidor não poderão ser removidos das dependências da CONTRATANTE sob qualquer circunstância. Na hipótese de reparo do equipamento se realizar dentro das dependências da CONTRATANTE e uma vez detectada a necessidade de troca de um disco rígido e/ou SSD e/ou SD, esse deverá ser substituído por uma nova unidade e a unidade defeituosa deverá permanecer sob guarda da CONTRATANTE;

- 4.8. O prazo máximo para atendimento do chamado deve ser de até 10 (dez) horas para solução após a abertura do chamado;
- 4.9. A CONTRATADA também deve oferecer canais de comunicação e ferramentas adicionais de suporte online como “chat”, “email” e página de suporte técnico na Internet com disponibilidade de atualizações e “hotfixes” de drivers, BIOS, firmware, sistemas operacionais e ferramentas de troubleshooting, no mínimo;
- 4.10. Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para o CONTRATANTE, a parte ou peça defeituosa, após a conclusão do respectivo analista de atendimento de que há a necessidade de substituir uma peça ou recolocá-la no sistema, salvo se quando o defeito for provocado por uso inadequado;
- 4.11. Possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante (informar url para comprovação), que permita verificar a garantia do equipamento através da inserção do seu número de série;
- 4.12. A substituição de componentes ou peças decorrentes da garantia não gera quaisquer ônus para a contratante. Toda e qualquer peça ou componente consertado ou substituído, fica automaticamente garantido até o final do prazo de garantia do objeto;

5. DO PRAZO, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

- 5.1. Os bens deverão ser entregues no prazo de até **90 (noventa)** dias, contados da data fixada na Ordem de Fornecimento;
- 5.2. Os bens deverão ser entregues na sede da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, localizada no seguinte endereço: Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345 – Alto de Pinheiros - São Paulo/SP. A recepção será feita pelo GSTIC, mediante agendamento, pelo telefone (11) 3133-4096;
- 5.3. Ocorrerão por conta da contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto;
- 5.4. A Nota fiscal deve conter as especificações técnicas dos produtos adquiridos;
- 5.5. A entrega de produtos que atendam as especificações técnicas e sejam de nível ou qualidade superior aos produtos adquiridos por meio da licitação será admitida, desde que isso não implique em aditivo de valor.

6. RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

- 6.1. A Administração emitirá um Termo de Recebimento Provisório em até 5 (cinco) dias úteis após receber os produtos acompanhados da nota fiscal/fatura.
- 6.2. Após o recebimento provisório, a Administração terá o prazo de até 15 (quinze) dias corridos para emitir o Termo de Recebimento Definitivo, no caso de os produtos terem sido entregues sem irregularidades, ou para apontar as irregularidades a serem sanadas no objeto contratual.
- 6.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Administração poderá:
 - 6.3.1. Rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

- 6.3.2. Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo por ela estabelecido, contado de notificação por escrito, mantido o preço e demais condições inicialmente estabelecidas;
- 6.3.3. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo por ela estabelecido, contado de notificação por escrito, mantido o preço e demais condições inicialmente estabelecidas;
- 6.3.4. Após as devidas correções, a Administração terá até 10 (dez) dias corridos para emitir o Termo de Recebimento Definitivo;
- 6.3.5. Uma vez verificado o atendimento integral e satisfatório das condições destas Especificações Técnicas, mediante Termo de Recebimento Definitivo, firmado pelo gestor técnico do contrato, será autorizado o pagamento da Nota Fiscal ou documento equivalente, representativo da entrega dos produtos.

7. PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o cadastro da nota fiscal/fatura no órgão pagador, mediante emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 7.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após sua apresentação válida;

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**1. DADOS DA PROPONENTE VENCEDORA:**

RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:		
ENDEREÇO:		
CIDADE:	ESTADO:	CEP:
TELEFONE:	CELULAR:	FAX:
E-MAIL:		
PESSOA PARA CONTATO:		
DADOS DO REPRESENTANTE – NOME – CPF – CI – CARGO - PROFISSÃO		

2. DO PREÇO OFERTADO AO OBJETO DA SELEÇÃO PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 074/2021 - FINATEC

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca modelo /	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
01	01	un	Material			
Total			Valor por extenso			Total geral

Preço Global da proposta por extenso,

- ❖ Prazo de entrega/ execução: conforme anexo I do Instrumento Convocatório.
- ❖ Local de fornecimento/ execução, conforme anexo I do Instrumento Convocatório.
- ❖ Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Local e data

Assinatura e nome /cargo/CPF do representante legal.

ANEXO III

EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA Nº 074/2021

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHADOR MENOR EM CONDIÇÕES PERIGOSAS, INSALUBRE OU NOTURNA

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, que não utilizamos mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utilizamos, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme disposições da Lei n.º 8.666/93 e da Lei 9.854, de 27.10.1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05.09.2002.

(Cidade – UF), (dia) de (mês) de (ano).

Assinatura/Carimbo do Representante Legal
da Empresa

(Papel Timbrado da Empresa)

ANEXO IV

EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA Nº 074/2021

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

_____ (Nome da empresa) _____, CNPJ nº _____,

_____ sediada (endereço completo) _____,

_____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação na presente seleção pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Cidade – UF), (dia) de (mês) de (ano).

MODIGO

Assinatura/Carimbo do Representante Legal da
Empresa

(Papel Timbrado da Empresa)